



A GRAMATIZAÇÃO COMO PROCESSO DE PRESERVAÇÃO DA LINGUAGEM

THE GRAMATIZATION HOW PROCESS OF THE CONSERVATION TO LANGUAGE

Albeiro Mejia Trujillo*

RESUMO: O mais importante instrumento de produção cultural de que o homem dispõe é a linguagem em suas diversas manifestações. A impossibilidade de se conhecer o processo de formação da mesma conduz à especulação filosófica e metacientífica na tentativa de apresentar explicações razoáveis para o fenômeno da linguagem. Da filosofia à lingüística, passando pela psicologia e a antropologia tenta-se justificar que a linguagem existe ora como fenômeno fisiológico, ora como produção meramente cerebral ou, então, como um produto psicofísico. Sejam quais forem as teorizações a respeito da linguagem resta-nos como objeto de estudo positivo a sua expressão escrita como formalização cujas regras de funcionamento determinam a estabilização e objetivação da língua mediante o processo de gramatização que constitui a oficialização dos registros lingüísticos escritos padronizados.

PALAVRAS-CHAVE: Linguagem, Gramatização, Escrita, Lógica.

ABSTRACT: The most important instrument of cultural production of that the man makes use is the language in its diverse manifestations. The impossibility of if knowing the process of formation of the same one lead to the philosophical and meta-scientific speculation in the attempt to present reasonable explanations for the phenomenon of the language. Of the philosophy to the linguistics, passing for psychology and the anthropology it is tried to justify that the language exists however as physiological phenomenon, however as mere cerebral production or, then, as a psicofisic product. Whichever the teorization regarding the language remain-in as object of positive study its written expression as formalization whose rules of functioning determine the stabilization and objetivation of the language by means of the gramatization process that constitutes the officialization of the linguistic registers standardized writings.

KEYWORDS: Language, Gramatization, Writing, Logic.

*Doutor em Literatura pela Universidade de Brasília e PhD pela PUC/SP. Professor do Instituto Federal do Amazonas – IFAM (campus de Tabatinga) Brasil.
malbeiro@yahoo.com.br



OS PROCESSOS DE LINGUAGEM

Durante mais de vinte e cinco séculos de cultura letrada têm sido utilizadas diferentes linguagens para transmitir o pensamento humano. Esses séculos de reflexão consciente do homem sobre os mais variados fenômenos humanos e cosmológicos têm tido a própria linguagem como objeto de estudo e descrição. Começar esta exposição falando de linguagem é proposital, pois este conceito abrange diversas formas de expressão que exigem altos níveis de sistematização e formalização simbólica como acontece nas linguagens matemática, semiológica, códigos de valor internacional como o morse e o braile e, a mais explorada das formas de comunicação humana que é a linguagem verbal em suas expressões oral e escrita.

Hermann Paul (1966) ao afirmar que a história da língua tem de ser acompanhada por uma ciência que se ocupe desde as condições gerais da vida desta até os fatores que se mantêm constantes na evolução da língua, aconselha não utilizar a expressão filosofia da língua como sendo essa a ciência histórica que cuida do desenvolvimento da língua porque, segundo o autor alemão, na época moderna é comum ver a filosofia como um conjunto de especulações metafísicas, com as quais a investigação histórica da língua nada tem a ver. Todavia, o filósofo Erns Cassirer (2001) ao falar da linguagem na fase da expressão sensível afirma que os procedimentos de estudo da linguagem não podem partir de premissas meramente metafísicas contrariando, desse modo, a percepção de Paul sobre a reflexão filosófica a respeito de linguagem:

Os critérios que norteiam a apreciação da produção de quaisquer formas do espírito não devem ser impostos de fora, mas é indispensável que derivemos estes critérios das leis básicas que determinam suas formações. Nenhuma premissa metafísica por sólida que pareça pode eximir-nos do início puramente imanente (CASSIRER, 2001, p. 173).

Para Cassirer qualquer tipo de conceito por abstrato que seja tem de se apoiar em categorias tangíveis. Essa posição supera as limitações de uma



concepção meramente empirista, racionalista, idealista, materialista ou fenomenológica a respeito da linguagem, já que não é somente uma base biológica, sensitiva ou orgânica; nem uma instância meramente psíquica que fundamentará a existência de um campo mental, mas, esses elementos são componentes de um todo que independe de um sujeito, não podendo funcionar autonomamente e, por isso, é preciso entender e aplicar a noção de espírito de Martin Buber (1998) à mesma categoria desenvolvida tanto por Hermann Paul (1966) quanto por Cassirer (2001).

O filósofo judeu, autor de *Eu e Tu*, não se refere ao conceito de espírito como concebido pela herança do cristianismo, nem como um estado mental autônomo, senão que o espírito se constitui na “relação”, não estando, assim, nem no Eu nem no Tu, mas existindo como um componente externo que influencia e é influenciado pelos estados mentais dos sujeitos. A idéia buberiana de espírito aplica-se na sua estrutura ao conceito saussuriano de língua como fato existente numa coletividade sob sinais parciais depositados nos cérebros dos indivíduos como se depreende do trecho a seguir:

É ouvindo os outros que aprendemos a língua materna, ela se deposita no nosso cérebro somente após inúmeras experiências. É a fala que faz evoluir a língua: são as impressões recebidas ao ouvir os outros que modificam nossos hábitos lingüísticos. Existe, pois, independência da língua e da fala; aquela é ao mesmo tempo instrumento e produto desta. A língua existe na coletividade sob a forma de uma soma de sinais depositados em cada cérebro (SAUSSURE, 1986, p. 27).

Segundo Cassirer (2001), em decorrência de uma vinculação que pode ser descrita do ponto de vista fisiológico, toda excitação interior se expressa originariamente em um movimento físico e, a evolução posterior consiste apenas em uma diferenciação cada vez mais rigorosa destas relações de causa e efeito, na medida em que determinadas emoções correspondem de maneira cada vez mais precisa a determinados movimentos. Dessa forma, “as sílabas que se articulam são impressões acústicas percebidas pelo ouvido, mas os sons não existiriam sem os órgãos vocais; assim, não se pode reduzir a língua ao som,



nem separar o som da articulação vocal. Reciprocamente, não se podem definir os movimentos dos órgãos vocais se se fizer abstração da impressão acústica” (SAUSSURE, 1986, p. 15).

Na constituição da linguagem o conteúdo e a expressão não subsistem como algo autônomo, mas um se complementa através do outro, só se tornam o que são na sua interpretação recíproca. A linguagem nasce, como um todo, de uma síntese e através desta, todas suas partes se mantêm unidas, da expressão sensível mais elementar à mais elevada expressão do espírito. Não só a linguagem verbal, mas até mesmo a mais simples expressão mímica de um acontecer íntimo mostra este entrelaçamento indissolúvel.

A análise da expressão artística, mítica ou lingüística corre o perigo de não alcançar seu objetivo se, em lugar de aprofundar-se livremente nas diversas leis e formas de expressão, ela tomar como ponto de partida determinadas suposições dogmáticas acerca da relação entre “arquétipo” e “cópia”, “realidade” e “aparência”, entre mundo “interior” e “exterior”. Em vez disso, é necessário saber se essas segmentações não são co-determinadas justamente pela arte, pela linguagem e pelo mito; pois, segundo Lotman (1976), [...] In una lingua naturale il parlante e l’ascoltatore non escono, nonostante la differenza fra le loro operazioni, dai limiti del sistema: per esempio del russo, dell’inglese, ecc.

A psicologia da linguagem tem associado o problema da linguagem aos dos movimentos da expressão. Para o pensamento sensualista, o estado imutável e rígido da consciência constitui o dado primeiro: os processos da consciência são reduzidos a uma “combinação” de estados. Quando, pelo contrário, o movimento e o sentimento do movimento são considerados um fator fundamental na estruturação da consciência em si, significa reconhecer que a “realidade” psíquica consiste em processos e transformações. Assim também o movimento mímico é a unidade do “interior” e do “exterior”, do “espiritual” e



do “físico”, na medida em que aquilo que ele é de modo direto e sensível significa e expressa algo diferente que, não obstante, nele se encontra presente.

Um estímulo exterior passa da sensibilidade para a motricidade, mas esta ao que parece se mantém restrita à esfera dos simples reflexos mecânicos, sem que nela se manifeste alguma “espontaneidade” superior do espírito. Não obstante, este reflexo já é o primeiro sinal indicativo de uma atividade na qual começa a estruturar-se uma nova forma de consciência concreta do Eu e do objeto. A primeira manifestação lingüística é o grito, que constitui um reflexo simples, seguido do ato de chilrear, até chegar aos nove meses quando a criança compreende algumas expressões simples, mas que não sabe pronunciar; as primeiras palavras são articuladas por volta do primeiro ano de idade. Por vários meses o neo-usuário da língua só utiliza um pequeno número de “palavras-frase” que junta para expressar o que quer.

A análise saussuriana da língua não é meramente empirista, e nem racionalista, mas obedece às categorias kantianas no sentido de que a língua é mais do que o som, ela implica na decodificação de um sinal acústico; porém, esse processo não pode prescindir de um instrumental fisiológico que permita a exteriorização das impressões acústicas já transformadas em conceitos lingüísticos.

A teoria psicológica da linguagem gestual apresenta os gestos indicativos como derivados biológica e ontogeneticamente do movimento de preensão (as mãos e os braços), e os gestos imitativos que constituem o oposto de qualquer forma livre de atividade espiritual, por aprisionarem o Eu à impressão exterior. Não se trata aqui de linguagem gestual que tem um alto grau de articulações complexas, mas da gênese da linguagem como derivações biológicas simples. Quanto mais remontamos à substância genuína e autônoma da linguagem gestual, tanto mais os “signos conceituais” desaparecem, cedendo lugar a simples signos que designam coisas. Aqui, aparentemente, foi encontrado o ideal de uma linguagem puramente natural, livre de qualquer arbítrio convencional.



A teoria lingüística liberta-se lentamente das injunções do conceito de imitação e da teoria da reprodução. A pergunta se a linguagem é um dado “físico” ou um “nome”, não diz respeito à gênese da linguagem e sim a seu conteúdo de verdade e realidade. Segundo Sapir (1954, p. 21), as palavras de som imitativo não são em absoluto sons naturais que o homem tenha reproduzido instintiva ou automaticamente. São criações do espírito humano, arroubos da fantasia humana, como tudo mais na linguagem.

Os fonemas que se aproximam dos sons imitativos não nos vieram diretamente da natureza; foram apenas sugeridos por ela e modulam-se à sua feição. Por isso, a teoria onomatopaica da origem da linguagem, segundo a qual nós falamos por gradual evolução dos sons de caráter imitativo¹, não nos conduz realmente a um ponto de partida no instinto, como a ele não nos conduz o exame da linguagem geral hodierna. É de todo impossível provar, e não parece sequer razoável supor, que uma proporção apreciável dos elementos de linguagem ou qualquer coisa do seu mecanismo formal possam ter provindo de uma fonte onomatopaica. Esse posicionamento sapireano contradiz a teoria rousseuniana da origem das línguas segundo a qual:

[...] como as vozes naturais são inarticuladas, as palavras possuiriam poucas articulações. Em compensação, os sons seriam muito variados e a diversidade dos acentos multiplicaria as vozes; a quantidade e o ritmo constituiriam novas fontes de combinações. A maioria dos radicais seriam sons imitativos, quer do acento das paixões, quer do efeito dos objetos sensíveis. A onomatopéia, nesse caso, apresentar-se-ia continuamente (Rousseau, 1999, p. 270).

Sapir (1954) mesmo não tendo a pretensão de contestar posicionamentos filosóficos acaba mostrando uma realidade das línguas que se opõe, neste caso, à teoria onomatopaica de Rousseau ao afirmar que por mais propensão que se

¹ “A língua de convenção só pertence ao homem e esta é a razão por que o homem progride, seja para o bem ou para o mal, e por que os animais não conseguem” (ROUSSEAU, 1999, p. 264).



tenha, sob o fundamento de certos princípios teóricos, a atribuir importância precípua, nas línguas dos povos primitivos, à imitação dos sons naturais; não é possível fugir à evidência de que essas línguas não mostram especial predileção para os vocábulos de origem imitativa, ao passo que em muitos idiomas supercivilizados como o alemão e o inglês, as onomatopéias são usadas com bastante freqüência.

A linguagem na sua forma pura, abstrata e artificial constitui o contrário da abundância e da concreção do mundo sensível das sensações e das emoções. A objeção de Górgias, segundo a qual “fala a pessoa que pronuncia as palavras, e não a cor ou a coisa torna-se sumamente relevante quando substituímos a realidade objetiva pela subjetiva” (Cassirer, 2001, p. 190). Todavia, no século XIX a ciência da linguagem segue seu desenvolvimento na mesma direção positivista das outras ciências desse período, como se depreende da referência à Escola dos Neogramáticos, conforme indicado por Saussure (1986, p. 12), para quem, a mesma; cingindo-se mais à realidade, fez guerra à terminologia dos comparatistas e notadamente às metáforas ilógicas de que se servia e, em função disso, não mais se dizia que: “a língua faz isto ou aquilo” nem falar da “vida da língua” etc., pois esta não é mais uma entidade e não existe senão nos que a falam.

A referência anterior aos neogramáticos termina sendo contestada pelo próprio autor do *Curso de Lingüística Geral*, pois não vê na linguagem um simples elemento sincrônico que não possa ser abstraído do sujeito que fala. Este, aliás, não possui a totalidade da linguagem e, nem sequer de uma língua particular:

Se pudéssemos abarcar a totalidade das imagens verbais armazenadas em todos os indivíduos, atingiríamos o liame social que constitui a língua. Trata-se de um tesouro depositado pela prática da fala em todos os indivíduos pertencentes à mesma comunidade, um sistema gramatical que existe virtualmente em cada cérebro ou, mais exatamente, nos cérebros dum conjunto de indivíduos, pois a língua não está completa em nenhum, e só na massa ela existe de modo completo (SAUSSURE, 1986, p. 21).



Saussure ao propor a possibilidade de se abstrair a linguagem do sujeito que a utiliza, nega a existência desta no cérebro e a coloca ao nível de uma categoria cultural que se encontra na sociedade como um todo. Todavia, para Sapir (1954) os pontos particulares ou grupos de pontos da localização nas diversas regiões cerebrais referentes a dado elemento lingüístico estão ligados entre si por linhas de associação; de sorte que o aspecto externo, ou psicofísico da linguagem é o de uma vasta rede de localizações associadas no cérebro e nas regiões nervosas inferiores, sendo fundamentais, sem dúvida, entre todas, as localizações auditivas. Ao som da nossa fala localizado no cérebro “cumpre-lhe, a mais, associar-se com outro elemento ou grupo de elementos de nossa experiência digamos, por exemplo, uma imagem visual, ou uma classe de imagens visuais, ou sentimento de relação para que possa ter valor lingüístico sequer rudimentar” (SAPIR, 1954, p. 23).

John Searle (1995) quanto à linguagem afirma que o cérebro é tudo de que dispomos para os propósitos de representar o mundo para nós mesmos, e tudo o que podemos usar deve estar no interior do cérebro e; ainda, que mesmo que houvesse um conjunto de conceitos semânticos externos, estes teriam de ser parasitários de um conjunto de conceitos internos e inteiramente redutíveis ao mesmo. A esse respeito Sapir afasta-se de Saussure e concorda com Cassirer e Searle ao entender que a linguagem encontra-se fundamentalmente ao nível do cérebro:

Só podemos dizer que a linguagem está localizada no cérebro no sentido geral, e praticamente inútil, com que dizemos que todos os aspectos da nossa consciência, todos os interesses e toda a atividade do homem “reside no cérebro”. Logo, não há outra solução senão aceitar a linguagem como um sistema funcional completo que pertence à constituição psíquica ou ‘espiritual’ do homem. Não é possível defini-la em termos psicofísicos, por mais essencial que seja uma base psicofísica para os atos lingüísticos do indivíduo (SAPIR, 1954, p. 24).



O conhecimento vai sendo construído mediante processos de linguagem, sendo que esta se manifesta de formas diversas como a linguagem verbal, numérica, semiológica etc. Todo saber é manifesto por diversas expressões de linguagem que, por sua vez, reveste-se de uma incapacidade de comunicar todo o pensamento de uma só vez, já que a linguagem funciona como indicativo de limite; como se depreende da idéia pitagórica de que o número delimita e determina as formas que dão sentido a tudo aquilo que a linguagem verbal expõe com a intermediação da gramática.

O conceito de gramática exposto por Saussure segundo o qual esta “é baseada na lógica e está desprovida de qualquer visão científica e desinteressada da própria língua; visa unicamente a formular regras para distinguir as formas corretas das incorretas” (SAUSSURE, 1986, p. 7), constitui uma concepção limitada da gramática, se levarmos em consideração estudos mais recentes sobre a gramatização, que é caracterizada como “o processo que conduz a descrever e instrumentar uma língua na base de duas tecnologias que são hoje os pilares de nosso saber metalinguístico: a gramática e o dicionário” (AUROUX, 1992, P. 65).

A lógica formal estabelece as condições de conformidade do pensamento consigo mesmo. Não visa, então, às operações intelectuais do ponto de vista de sua natureza: isso compete à Psicologia, mas do ponto de vista de sua validade intrínseca, quer dizer, de sua forma. Afirmar que a linguagem se localiza no cérebro exige aceitar que cada nível de movimento mental possui um equivalente externo no processo de comunicação, e é assim como o logos, a palavra, o termo constitui expressão exterior da idéia que se encontra no interior do ser humano como produto da razão; a proposição é a manifestação sensível do juízo que é mental e; o argumento expressa o sentido apreensível do raciocínio que é um processo cerebral. O raciocínio se compõe de juízos; e todo juízo, de idéias e; as idéias de palavras: há lugar, pois, para distinguir três operações intelectuais especificamente diferentes que se encontram na base de quaisquer formações lingüísticas:



Aprender: isto é, conceber uma idéia.

Julgar: isto é, afirmar ou negar uma relação entre duas idéias.

Raciocinar: isto é, de dois ou vários juízos dados, tirar outro juízo que decorre destes, necessariamente.

A Lógica estuda essas três operações em si mesmas, enquanto elas são atos do espírito, e nas suas expressões verbais, que são: Para a Apreensão, o Termo; para o Juízo, a Proposição; para o Raciocínio, o Argumento.

A língua transforma a necessária ambigüidade do signo fonético numa virtude. Porque justamente esta ambigüidade não permite que o signo se conserve como signo individual; é justamente ela que obriga o espírito a dar o passo decisivo que conduz da função concreta do “designar” para a função geral e universalmente válida da “significação”. Nela, por assim dizer, a língua se despe dos seus envoltórios sensíveis, nos quais até então se apresentava: a expressão mímica ou analógica cede lugar à expressão puramente simbólica que, precisamente através do seu caráter inteiramente diferente e em razão do mesmo, se torna portadora de um conteúdo espiritual novo e mais profundo (CASSIRER, 2001, p. 206).

Segundo Sapir (1954), o mais importante de todos os simbolismos lingüísticos visuais é o vocábulo escrito ou impresso, ao qual corresponde, na esfera motriz, o sistema de movimentos delicadamente ajustados que resultam na escrita. O traço significativo que caracteriza esses novos tipos de simbolismo, além da peculiaridade de já não serem um subproduto da fala normal propriamente dita, é que cada elemento (letra ou vocábulo gráfico), no sistema, corresponde a um elemento específico (som, grupo sonoro, ou vocábulo pronunciado) no sistema primário. As formas escritas são símbolos secundários das formas faladas – símbolos de outros símbolos – mas, não obstante, é tão exata a correspondência que se podem substituir inteiramente aos outros, não apenas em teoria, mas ainda na prática atual dos que só lêem com os olhos e até talvez certo tipo de reflexão mental.



A escrita é uma representação da língua falada por meio de signos gráficos. Trata-se de um código de comunicação de segundo grau com relação à linguagem que por sua vez é um código de comunicação de primeiro grau. A fala se desenrola no tempo e desaparece; a escrita tem como suporte o espaço, que a conserva. O estudo dos diferentes tipos de escrita elaborados pela humanidade tem, portanto, íntima relação com o estudo da língua falada, assim como com o das civilizações nas quais elas se aperfeiçoaram. Um estudo da escrita deve desenvolver-se em dois planos paralelos: de um lado, um estudo histórico da escrita, desde sua “invenção” até seus estados atuais; de outro lado, um estudo lingüístico, que tenta extrair as regras de funcionamento da escrita, assim como suas relações com a língua falada.

As modificações constatadas nos diversos tipos de escrita durante sua história dependem de fatores diversos: as condições econômicas das sociedades, os progressos intelectuais e, mais particularmente, a faculdade de abstração e o conhecimento da estrutura da língua falada. Essas transformações vão de uma representação figurativa do significado a um código formado de signos abstratos, símbolos dos sons da língua: os sistemas de escrita tendem para uma abstração sempre maior, até se transformar em verdadeiros códigos de comunicação: os sistemas de escrita alfabética – cujos signos romperam qualquer elo com os sentidos da palavra – obedecem às regras particulares e estão sujeitas a coerções específicas. A evolução revela assim uma consciência cada vez mais refinada da estrutura da língua.

Os sistemas de escrita evoluem rumo a uma economia cada vez maior, sendo que, do pictograma, que não implicaria uma relação explícita entre a narrativa e um enunciado oral, passa-se ao ideograma que revela a tomada de consciência das diferentes palavras da cadeia falada para, depois, por um esforço de abstração chegar à sílaba. Pouco a pouco, o emprego de signossos – ou fonogramas – misturados aos ideogramas, marca uma etapa rumo a uma análise dos elementos mínimos fonéticos. As escritas silábicas e alfabéticas se situam, freqüentemente, no fim de uma evolução que por motivos de economia e de



comodidade, resulta na notação de certos sons, ao lado dos ideogramas e, posteriormente, na notação apenas dos sons.

Os fenícios que por muito tempo foram tidos como os inventores do alfabeto, desenvolveram sua escrita composta de 22 a 25 caracteres não-ideogramáticos que notam apenas as consoantes. Mais que um alfabeto consonântico, trata-se de uma notação silábica que da sílaba marcou apenas a consoante, elemento essencial para indicar o sentido, deixando aos cuidados do leitor o suprimento da vogal. O alfabeto fenício mostra o “esqueleto consonântico” da palavra; não se trata ainda de uma verdadeira escrita alfabética, que notaria todos os sons da língua.

Os gregos tomaram de empréstimo aos fenícios seus caracteres silábicos de função consonântica e ajustaram-nos às características da língua grega: os signos silábicos fenícios serviram para a anotação das consoantes e alguns dentre eles para a marcação das vogais, daí resulta uma notação totalmente alfabética de 24 signos. O sistema da escrita alfabética divulgou-se por toda a Europa sem novos aperfeiçoamentos, em particular entre os romanos, cujos traços derivam dos gregos (alfabeto latino).

No conjunto, os diversos alfabetos existentes atestam uma análise minuciosa da cadeia sonora em elementos mínimos. Mas, por motivos diversos, e em particular por causa da evolução fonética das línguas, surge uma distorção entre o alfabeto e o sistema fonético da língua, entre esse sistema e a ortografia da palavra: são precisos, às vezes, vários signos para notar um único som; ou então um único signo nota vários sons; os lingüistas, para seus trabalhos, sentiram a necessidade de uma notação precisa de todos os sons da linguagem verbal, um signo para cada som, um único som por signo: de onde o nascimento de alfabetos fonéticos, em particular o Alfabeto fonético internacional.

Segundo Saussure (1986), a dependência da língua no tocante à forma escrita leva a que se permita tudo relativamente à escrita como se o signo



gráfico fosse a norma. Ainda conforme o mesmo autor, o que fixa a pronúncia de uma palavra não é sua ortografia, mas sua história. O testemunho da escrita só tem valor com a condição de ser interpretado. Todavia, idéia saussuriana segundo a qual a ortografia não fixa a pronúncia de uma palavra encontra-se em oposição aos conceitos de Fernão de Oliveira (1536) e João de Barros (1540), que escreveram as primeiras gramáticas da Língua Portuguesa, não numa base etimológica, mas sob princípios fonéticos.

A língua escrita é o principal fator de conservação lingüístico, pois de um modo geral, as formas escritas, que têm mais estabilidade e possibilidade de difusão que as orais, formaram a base da constituição das línguas nacionais dos grandes Estados. Assim, o alemão: na Alemanha, na Áustria, em grande parte da Suíça, em pequenos setores de outros países europeus, as pessoas consideram o alemão como sua língua. Apesar das diferenças consideráveis entre as formas faladas (diferenças maiores que entre as línguas escandinavas: o sueco, o dinamarquês, o norueguês), não existe senão uma língua escrita em toda essa região; qualquer pessoa que saiba ler e escrever poderá igualmente comunicar-se com outra usando o alemão escrito. A partir de um dialeto do médio-alemão, essa forma se generalizou como alemão escrito (Schriftdeutsch) e mostra grande uniformidade.

A língua escrita muitas vezes tem um léxico diferente do da língua falada; mas, contrariamente a uma ilusão muito comum, o da segunda é tão rico quanto o da primeira. Os vocabulários falados caracterizam-se pela riqueza em homônimos, que a ortografia geralmente distingue (sessão, cessão, seção) e em sinônimos ou palavras quase *sinônimas* (a língua falada, de fato, toma de empréstimo aos diversos dialetos, palavras diferentes de significado idêntico). O italiano escrito moderno, por exemplo, desenvolveu-se do toscano graças, sobretudo, ao prestígio da Divina Comédia. Fora das influências literárias o toscano foi tomando empréstimo dos diversos dialetos, notadamente do de Roma, até alcançar o nível de língua oficial tendo se constituído como uma espécie de média de todos os dialetos italianos.



De uma forma geral, a língua escrita constitui um fator poderoso de cultura e de unificação. A consequência é que se confunde muitas vezes a forma escrita com a própria língua, embora oponham línguas escritas (o francês, o inglês, o híndi) às línguas não-escritas, isto é, às que não têm textos (línguas primitivas conhecidas às vezes unicamente graças às anotações dos missionários ou pesquisadores), mas que, evidentemente, podem ser transcritas. As línguas não-escritas encontram atualmente certa uniformidade, constituindo determinadas formas de escritas chamadas “línguas de união”.

Determinada a existência da linguagem e a sua fixação gráfica, na representação somente subsiste seu funcionamento. O discurso é a representação exposta por signos verbais. O que distingue a linguagem de todos os outros signos é o fato dela analisar a representação segundo uma ordem necessariamente sucessiva: os sons só podem ser articulados um a um; a linguagem não pode representar o pensamento de uma só vez na totalidade; é necessário que disponha parte por parte, segundo uma ordem linear. “Se o pensamento é uma operação simples, sua enunciação é uma operação sucessiva [e] aí reside o que é próprio da linguagem, o que a diferencia ao mesmo tempo da representação e dos signos” (FOUCAULT, 2002, p. 116).

A gramática geral, segundo Foucault (2002), é o estudo da ordem verbal na sua relação com a simultaneidade, que lhe cabe representar. O seu objeto próprio não é nem o pensamento, nem a língua, mas o discurso entendido como sucessão de signos verbais. Esta sucessão é artificial em relação à simultaneidade das representações. Todavia, esta sucessão não é a mesma em todas as línguas. O que torna umas línguas opacas em relação às outras não é tanto a diferença das palavras, quanto a incompatibilidade da sua sucessão. Isto é, as línguas de diferentes famílias divergem quanto à disposição dos elementos que a constituem: a lógica da estruturação das línguas é diferente e pela gramatização torna-se possível entender o mecanismo de funcionamento dos sistemas de notação das línguas.



A gramática geral não equivale à gramática comparada: é geral na medida em que se propõe fazer surgir, subjacente às regras gramaticais, a função representativa do discurso. A gramática geral não visa definir as leis de todas as línguas, mas sim tratar, uma de cada vez, cada língua particular como um modo de articulação do pensamento consigo mesmo. A gramática geral definirá o sistema de identidades e de diferenças que os caracteres espontâneos pressupõem e utilizam.

A gramática tem a proposição como seu objeto essencial. Para Foucault (2002), na gramática todas as funções da linguagem se reduzem aos três únicos elementos indispensáveis para formar uma proposição: o sujeito, o atributo e o nexos que os une. O sujeito e o atributo são da mesma natureza, já que um pertence ao outro e, suscitam no espírito a idéia de uma única e mesma coisa; mas, a cópula, suscita a idéia da causa pela qual estes nomes foram impostos às coisas. O verbo é a condição indispensável a todo discurso e, onde ele não existe, pelo menos de maneira virtual, não é possível afirmar que há linguagem.

O FATO DA GRAMATIZAÇÃO

Depois do século I a.C., no Império Romano, acentuou-se a separação entre língua literária e língua popular; foi o matizado latim vulgar que os soldados, colonos e funcionários romanos levaram para as regiões conquistadas, e sob o influxo de múltiplos fatores, diversificou-se com o tempo nas chamadas línguas Românicas. Não se compreendendo os habitantes das regiões conquistadas por Roma recorriam à língua comum: o latim. As legiões de romanização por estarem nas fronteiras e os comerciantes, desempenharam um papel fundamental na introdução de termos no latim e do latim nas outras línguas no processo de formação das línguas neolatinas.

Em fins do século V, depois da queda do império romano de ocidente (476), vai se acentuando a perda do papel vernacular do latim enquanto os



falares regionais, já estavam mais próximos dos idiomas românicos do que do próprio latim. Começa o período do Romance, denominação que se dá à língua vulgar nessa fase de transição que termina com o aparecimento de textos redigidos em cada uma das línguas românicas. A maioria das línguas européias é atestada sob forma escrita desde o século IX, no entanto, o aparecimento de uma literatura em vernáculo foi lento (início do século VIII nos países não-latinos) e; a partir do século XI nos países latinos como na França, além da Espanha no século XII e Itália no século XIII. A seqüência em que aparecem as principais línguas neolatinas é a seguinte: Francês (século IX); Espanhol (século X); Italiano (século X); Sardo (século XI); Provençal (século XII); Rético (século XII); Catalão (século XIII); Português (século XIII); Franco-Provençal (século XIII); Dálmata (século XIV) – na Dalmácia região da Iugoslávia; Romeno (século XVI).

A primeira revolução técnico-lingüística foi o advento da escrita e a segunda revolução foi a gramatização massiva que durante treze séculos esteve baseada em uma única e primeira tradição lingüística do mundo que foi a tradição greco-latina. A segunda revolução foi bastante significativa para as sociedades humanas, só terminando no século XX e teve como centro de difusão a Europa. Ela trouxe transformações significativas na história das ciências da linguagem.

Durante a Idade Média havia uma diversidade muito grande de dialetos acentuada pelo processo de formação das línguas romance; mas, em quanto isso, a língua latina se tornara cada vez mais abstrata, sofisticada e de saber letrado, instrumento de uso do poder e da religião. Outro fato importante dentro desse contexto histórico é a conservação do latim como língua de administração, da cultura intelectual e religiosa mesmo em regiões onde as línguas não descendiam do latim (línguas célticas, germânicas etc.).

Decorrido o processo de formação das línguas neolatinas, o latim serviu de modelo de unificação teórica para a criação das gramáticas de outras línguas. De



uma língua a outra o processo de gramatização é transitivo e, na origem, fortemente reversível. Nessa ótica as gramáticas são simples traduções umas das outras e a gramatização de uma língua pode ter como ponto de partida o motivo de tornar acessível, a seus locutores, uma língua. O processo de gramatização das outras línguas a partir da Língua Latina gerou a Gramática Latina Estendida (GLE).

Por volta do século VIII a gramática latina já se tornara um instrumento pedagógico, pois servira de disciplina introdutória para todos os cursos escolares, onde a terminologia gramatical se constituiu por empréstimo, pois se fazia uma adaptação pura e simples do termo latino. Do ponto de vista do aspecto pedagógico primeiro a gramática latina foi empregada para fins de pedagogia lingüística, por se tornar uma segunda língua e a partir de então, surge uma técnica geral de aprendizagem, aplicável a toda língua, inclusive à língua materna.

O interesse prático da gramática (filologia) passa para o domínio das línguas (principalmente as línguas maternas). A gramática começa a desempenhar a função de técnica pedagógica de aprendizagem das línguas e meio de descrevê-las. A mutação pedagógica da gramática aconteceu também no universo bizantino e parte do Oriente, onde se deu a gramatização inicial das línguas eslavas: nesse período nascem e se desenvolvem duas teorias importantes em relação à linguagem humana: a gramática especulativa medieval e a gramática geral da época clássica.

A partir do século IX há uma restauração voluntária da cultura latina. Segundo Aurox (1992), nesse período houve um fenômeno de dispersão e de fragmentação da língua por um lado e por outro lado, uma persistência em manter a língua como fator de unificação. Os europeus do século IX viam o latim como uma segunda língua a ser aprendida e a gramática latina passa a existir como uma segunda técnica de aprendizagem da língua. As necessidades de aprendizagem de uma língua estrangeira é a primeira causa de gramatização e



está relacionada a vários interesses práticos (questões administrativas, religiosas, políticas, culturais e etc.). A segunda causa da gramatização de uma língua está ligada a dois interesses: organizar e regular uma língua literária e desenvolver políticas de expansão lingüística interna e externa

A língua árabe e a hebraica já dispunham de uma gramatização autóctone (muito diferente da gramática latina), e somente reconheciam três classes gramaticais: nome, verbo e partícula. A teologia e a Reforma Protestante tornaram a língua hebraica matéria de estudo e de especulação, e a declinação latina passou a ser utilizada aproximadamente por todas as línguas gramaticalizadas no Renascimento. Com a Reforma Protestante surge um interesse maior pelo conhecimento das línguas vernáculas.

O Renascimento é a causa da virada decisiva para a segunda revolução técnico-lingüística. O período que vai do século V d.C até o fim do século XV trouxe a gramatização das línguas européias, o processo que se desenvolveu simultaneamente às línguas de outros continentes, principalmente das línguas ameríndias. A gramatização massiva das línguas do mundo aconteceu a partir da Europa e numa época tardia, o que desencadeou um problema epistemológico e histórico. O movimento de gramatização das línguas vernáculas no período do Renascimento foi diferente do irlandês ou do provençal em que se passou de um instrumento de poesia para o conjunto das atividades intelectuais. Houve uma simultaneidade no processo da gramatização e dos tratados de lógica (1450 – 1600) e também com os tratados de retórica. Isto se deu porque houve uma transferência de todo o *corpus do trivium* (Lógica, Gramática e Retórica) para o vernáculo.

Os três elementos que ajudaram nessa nova visão do vernáculo foram: a renovação da gramática latina, a imprensa e as grandes descobertas marítimas. A gramatização dos vernáculos foi acompanhada de uma rejeição da gramática latina e foi contemporânea da exploração do planeta (África, América e Ásia, assim como da colonização de grandes territórios pelo Ocidente). A partir do



século XV e até o final do século XVIII, as ciências humanas (gramática, geografia, etnografia) tiveram um amplo desenvolvimento, impulsionadas pelas grandes revoluções técnico-lingüísticas em que a gramatização irá afetar a vida social das pessoas em diferentes aspectos. O latim permaneceu por vários séculos sendo a língua privilegiada da comunicação científica, embora a nova elite passasse a utilizar o vernáculo nas atividades espirituais e intelectuais. No entanto, sabe-se que Immanuel Kant (1724-1804) foi o primeiro filósofo a escrever, oficialmente, seus tratados em vernáculo (Alemão) e não mais em Latim.

As primeiras gramáticas dos vernáculos europeus estão voltadas para um fim poético (islandês, irlandês, etc.). A partir da primeira gramática Castelhana (Nebrija – 1494) é que as finalidades começaram a mudar: fixar a língua, facilitar a aprendizagem do latim para as crianças e permitir aos estrangeiros aprender o castelhano. No século XVI aparece o dicionário monolíngüe e no século XIX são aprofundados os estudos das línguas faladas e de suas relações estruturais e filiações.

Sobre a gramatização no Brasil, segundo Fávero (2006), os estudos filológicos do Brasil podem ser distribuídos em quatro períodos, sendo o primeiro chamado de *embrionário* que começa com a cultura brasileira e vai até 1835, data da publicação do *Compêndio da gramática da língua nacional* de Antônio Álvares Pereira Coruja, seguindo exclusivamente orientação lusitana; o segundo período nomeado de *empírico* vai de 1835 até 1881, data da publicação da gramática de Júlio Ribeiro; o terceiro denominado de *gramatical*, vai de 1881 até 1939, data da Fundação da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, e instância de inauguração do quarto período. Os estudos filológicos no Brasil são divididos em dois períodos: o *vernaculista* e o *científico* como descrito a seguir:

O período *vernaculista* vai de 1820 até 1880, tendo como marco o surgimento da gramática de Júlio Ribeiro que se caracteriza



por apresentar contradições entre as preocupações puristas, de estudiosos conservadores, com os representantes da nova geração (...). O segundo período (*científico*) vai de 1880 a 1960 e compreende duas fases: a primeira que vai de 1880 a 1900 e tem como principal característica a transição, isto é, a instância em que a renovação prevalece sobre o conservadorismo da época anterior. A segunda fase desse segundo período vai de 1900 a 1960 e possui três gerações: a primeira vai de 1900 a 1920 e se inicia com o combate à base normativa de direção vernaculista, contando entre seus principais representantes Said Ali. A segunda geração vai de 1920 a 1940, é formada pelos estudiosos que aprenderam nas lições dos grandes nomes da filologia portuguesa como Antenor Nascentes. A última geração compreende o período que vai de 1940 a 1960, e representa a transição entre o autodidatismo das gerações anteriores e a formação universitária. Bem representam esse período estudiosos como: Serafim da Silva Neto, Rocha Lima, Celso Cunha entre outros (FÁVERO, 2006, pp., 48-49).

A gramatização representa um ponto alto no desenvolvimento da civilização humana por permitir a estabilização do principal instrumento de comunicação e produção cultural utilizado pelo homem que é a língua nas suas expressões oral e escrita. A língua formalizada, com regras que obedecem a critérios lógicos de construção é garantia de permanência e expansão dos sistemas de comunicação, mesmo que Saussure (1986, p. 36), discorde do valor da escrita com seus dicionários e gramáticas.

Referências:

- AUROUX, S. **A Revolução Tecnológica da Gramatização**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1992.
- CASSIRER, Erns. **A Filosofia das Formas Simbólicas (I A Linguagem)**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- BUBER, Martin, **Eu e Tu**. Petrópolis: Vozes, 1998.
- DUBOIS, Jean et al. **Dicionário de Lingüística**. São Paulo: Cultrix, 1987.
- FÁVERO, Leonor Lopes; MOLINA, Márcia. **As concepções lingüísticas no século XIX: a gramática no Brasil**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006.
- FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas**. 8.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002



- LOTMAN, Jurij. **La struttura del texto poetico**. Milano: Mursia, 1976.
- PAUL, Hermann. **Princípios fundamentais da história da língua**. 2.ed. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1966.
- ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Ensaio sobre a origem das línguas**. São Paulo: Nova Cultura, 1999.
- SAPIR, Edward. **A linguagem: introdução ao estudo da fala**, Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1954.
- SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de Lingüística Geral**. São Paulo: Cultrix, 1986.
- SEARLE, John. **Intencionalidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.